

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Temer antecipa nova mistura no diesel por voto antidenúncia](#) 8

Folha de S. Paulo

[Título: Projeto na Câmara quer suspender leilão de usinas da Cemig](#) 17

Valor Econômico

[Título: MME defende golden share da Eletrobrás](#) 25

Sumário

VEÍCULO: O Globo **3**

Título: State Grid investirá R\$ 2,4 bilhões no Rio 3

Título: Após leilão, Cemig deve acelerar venda de ativos, como a Light 4

Título: Ganho extra em leilões será corroído por perdas com Refis 6

Título: Poder em Jogo 7

Título: Notas 8

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo **8**

Título: Temer antecipa nova mistura no diesel por voto antidenúncia 8

Título: Direto da Fonte 9

Título: Leilões, ajuste e crescimento	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: Infraestrutura à venda	11
Título: Leilão de pré-sal 'marca a volta da Exxon', a maior petroleira americana	12
Título: Siderúrgicas e Vale pressionam e Bolsa acumula sexta baixa; dólar cai 0,3%.....	13
Título: Conselho da Petrobras aprova venda de até 40% das ações da BR Distribuidora	15
Título: Projeto na Câmara quer suspender leilão de usinas da Cemig.....	17
VEÍCULO: Correio Braziliense	17
Título: Litro da gasolina por até R\$ 3,69	17
VEÍCULO: Valor Econômico	19
Título: Estiagem provoca alta generalizada nos custos de energia	19
Título: Após leilões, Tesouro garante liberação de R\$ 12,8 bi neste ano	21
Título: Chineses anunciam metas de venda de carros elétricos	22
Título: Destaques	23
Título: State Grid olha aquisições e vai participar de leilões	23
Título: MME defende golden share da Eletrobrás	25
Título: Com R\$ 1 bi, Beta inicia operações no mercado livre.....	26
Título: CCJ aprova projeto inócuo contra leilão	28
Título: Petróleo é destaque de alta em setembro negativo	28
Título: Ternium vai investir US\$ 1,1 bilhão em novo laminador no México	31
Título: Minoritário quer impedir Petrobras de votar sobre Cetrel	32
Título: Leilão pesa para estatal no curto prazo.....	34
Título: Petroleira confirma venda de até 40% da BR em IPO.....	35
Título: ANP vai mudar regra para evitar encalhe de blocos.....	37
Título: Petrobras perde disputa no Carf.....	38

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: State Grid investirá R\$ 2,4 bilhões no Rio**

Empresa chinesa construirá linha de transmissão para energia de Belo Monte

A chinesa State Grid, uma das maiores empresas de energia, está investindo R\$ 2,4 bilhões no Rio. Esse valor faz parte da construção de uma das maiores linhas de transmissão do mundo, entre Pará e Rio de Janeiro. Serão 2.518 quilômetros de extensão e investimentos de R\$ 9,6 bilhões no país. A estatal chinesa lançou ontem a pedra fundamental da subestação que ficará em Paracambi, na Baixada Fluminense. A linha, que vai transmitir a energia gerada na usina de Belo Monte, vai passar pelos estados de Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, além do Rio. A capacidade de transmissão será de 400 MW. Em Paracambi, a energia será distribuída a outras estações interligadas ao sistema elétrico nacional. Paulo Esmeraldo, vice-presidente da Xingu Rio, responsável pelo projeto, diz que as obras começaram neste mês. Serão 13 canteiros principais de obras em vários estados e 16 mil empregos durante os 50 meses de obra.

A estimativa do governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, é que sejam geradas duas mil vagas na região em volta da subestação. — Do total (de investimento, de R\$ 9,6 bilhões), 25% ficarão no Rio por conta da construção da subestação — explicou Esmeraldo, destacando que já foi gasto R\$ 1,2 bilhão na obra. Um terço dos recursos para o projeto virá do BNDES, por meio da linha Finem; outro um terço virá de capital próprio; e o restante de debêntures (títulos de dívida) que serão emitidas ao longo da obra, disse o executivo. Ele lembrou que o índice de conteúdo local da obra é de 60%: — Quarenta por cento dos equipamentos serão da China, sobretudo itens que não são produzidos no Brasil. Estiveram presentes no lançamento da pedra fundamental em Paracambi o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho, e o governador do Rio.

EM BUSCA DE OPORTUNIDADES

A State Grid tem hoje 5.501 quilômetros de linhas de transmissão em operação no Brasil. Em 2011, a empresa chinesa comprou a Plena, ganhando fôlego no Brasil. Desde então, vem ampliando sua atuação no país, com aquisições e participação em leilões promovidos pelo governo. Recentemente, o grupo entrou no negócio de geração de energia, com a compra da CPFL. Segundo o diretor-geral do Departamento Internacional da State Grid Coporation of China,

Zhu Guangchao, o negócio mostrou que a empresa está confiante no país: — Estamos olhando novas oportunidades no Brasil. Estamos vendo o que melhor se adequa ao nosso perfil. Estamos interessados na área de transmissão, geração e energia renovável. O país passou por momentos difíceis nos dois últimos anos, mas acreditamos no longo prazo.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Eduardo Bresciani, Ana Paula, Ribeiro e Ramona Ordoñez

Título: Após leilão, Cemig deve acelerar venda de ativos, como a Light

Italiana Enel e chinesas estariam interessadas na distribuidora

Depois de perder as quatro hidrelétricas leiloadas pelo governo na quarta-feira a empresas estrangeiras, analistas avaliam que a Cemig deve acelerar seu programa de venda de ativos. Uma das principais apostas é a alienação de sua fatia de 26% na Light. Endividada e com menos receitas, a intenção da estatal mineira é angariar recursos para pagar parte de seus débitos, que somam R\$ 12 bilhões no total. Os bens da empresa à venda, que incluem participações em diferentes companhias, têm valor patrimonial de R\$ 6,56 bilhões (embora a venda, quando efetivada, não seja necessariamente neste valor). Da lista de interessados na Light constam a italiana Enel, que já tem a concessão de municípios do interior do Estado do Rio, incluindo Niterói, e empresas chinesas, que chegaram a manifestar interesse na companhia por meio da consultoria Ciri International Technology. A mais citada é a State Power Investment Corporation (Spic), a principal vencedora do leilão de usinas. A expectativa é que as conversas sejam retomadas.

O impulso à negociação não é a toa. A dívida total da Cemig equivale a quase quatro vezes sua geração de caixa operacional. Além disso, ela tem R\$ 4 bilhões em débitos que vencem até dezembro e R\$ 3,9 bilhões ao longo do próximo ano. De acordo com um executivo próximo das negociações, após o imbróglio envolvendo a venda das quatro usinas (São Simão, Volta Grande, Jaguará e Miranda), a companhia mineira enfrenta agora fortes críticas dos acionistas minoritários. — Os minoritários estão insatisfeitos com a postura dos executivos da Cemig, que não lutaram como deveriam para manter a concessão das usinas. A empresa propôs uma chamada de capital de R\$ 1 bilhão, sem vender ativos, ou seja, teria que obter mais recursos próprios dos acionistas — disse a fonte.

BANCADA MINEIRA TENTA DERRUBAR LEILÃO

Entre os negócios da companhia, o segmento de maior peso é o de transmissão, que representava mais de 40% do seu Ebitda (lucro antes de juros, impostos,

depreciação e amortização) antes do leilão. A área de geração tinha peso de 25%, mas deve encolher após a venda das usinas. — Após o leilão, a Cemig ficou menos relevante no negócio de geração. É provável que ela se dedique mais a outros segmentos, até porque geração demanda muito investimento e a Cemig já tem uma dívida muito alta — avalia Mikio Kawai, diretor da consultoria Safira Energia. Além da Light, a lista de ativos em busca de um comprador inclui a Gasmig, empresa de gás do grupo, e suas participações na transmissora Taesa (fatia de 19% do capital total), na usina hidrelétrica de Santo Antônio (18%) e na Renova, de fontes renováveis, como eólica, pequenas centrais hidrelétricas e solar (com fatia de 36,2%).

Já existe uma negociação em curso para a compra da participação na Renova com a gestora de investimentos canadense Brookfield. A Light pode render o maior volume de recursos. A empresa tem valor de mercado estimado em R\$ 4 bilhões, e a Cemig tem praticamente metade das ações. Mesmo assim, ainda não foram contratados assessores financeiros para a venda. — A Cemig tenta vender a Light ou arrumar parceiro estratégico faz tempo, mas não dava sinal de que aceleraria o processo. Agora, corre contra o tempo — disse Carlos Herrera, analista da Financial Eleven. — Quem tem mais sinergias é a Enel, que tem plano ambicioso de crescimento na distribuição e boa estrutura financeira. Procurada, a Enel disse que não comenta casos específicos. “A Enel está atenta a oportunidades no setor elétrico brasileiro como um todo, mas não comenta ativos específicos”, informou.

Enquanto a Cemig deve retomar negociações, a bancada mineira tenta se articular para derrubar o leilão de usinas, que rendeu R\$ 12,1 bilhões ao governo. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou ontem, de forma simbólica, um projeto de decreto legislativo nesse sentido. O projeto suspende a autorização dada pelo Ministério de Minas e Energia para que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizasse o certame. A aprovação foi articulada pela bancada mineira, que tem feito seguidos protestos em razão de o governo não ter concordado com a renovação da concessão das usinas. O projeto já passou pela Comissão de Minas e Energia e seguirá ao plenário. Se aprovado, vai para o Senado.

Opinião | INDICADORES

ENTRE OS sinais positivos que têm sido emitidos pela economia, incluem-se os bons resultados dos leilões de usinas da Cemig e de blocos para exploração de petróleo.

NÃO SÓ pelo reforço dos R\$ 15,9 bilhões arrecadados para reduzir o déficit fiscal, mas principalmente pelo interesse demonstrado por investidores externos.

SE NÃO fosse a crise política, é certo que os sinais seriam mais fortes.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Martha Beck e Gabriela Valente

Título: Ganho extra em leilões será corroído por perdas com Refis

Em agosto, rombo do governo é de R\$ 9,6 bi, 53% a menos que em 2016.

Os ganhos de receita que o governo obteve com os leilões das usinas da Cemig e de blocos de petróleo e gás serão consumidos pelas perdas que serão registradas com o novo Refis. O texto-base da medida provisória (MP) que cria o programa foi aprovado esta semana pela Câmara com uma série de benesses concedidas pelo relator, deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG). Segundo o governo, elas resultarão na queda da arrecadação esperada. Segundo a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, o leilão da Cemig rendeu R\$ 1,2 bilhão a mais que o previsto, enquanto o dos blocos de petróleo e gás ficou R\$ 3 bilhões acima das expectativas — um total de R\$ 4,2 bilhões. No entanto, as mudanças aprovadas no Refis farão com que a arrecadação estimada caia R\$ 5 bilhões, passando de R\$ 8,8 bilhões para R\$ 3,8 bilhões. Esse cenário deixa claro o desafio para fechar as contas públicas em 2017.

Em agosto, por exemplo, o governo central (que inclui Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou déficit primário de R\$ 9,6 bilhões. O resultado representa uma melhora em relação a 2016. No mesmo período do ano passado, o rombo foi de R\$ 20,3 bilhões. Ou seja, o déficit caiu 53% no período. No acumulado do ano, no entanto, o governo central tem saldo negativo de R\$ 85,8 bilhões, o pior da série histórica do Tesouro, iniciada em 1997. Isso representa uma alta de 13% em relação ao mesmo período de 2016, quando o rombo ficou em R\$ 75,9 bilhões. A meta da equipe econômica é terminar 2017 com um déficit primário de R\$ 159 bilhões. Pelos dados do Tesouro, o déficit da Previdência até o mês passado atinge R\$ 113,3 bilhões.

Até agosto, a receita líquida do governo somou R\$ 729,3 bilhões, um aumento nominal de 3,2% sobre o ano passado. O ritmo de crescimento da despesa, porém, é mais forte: 4,1%, para R\$ 815 bilhões, na mesma comparação. Além de um rombo elevado, o governo tem uma série de incertezas nas receitas necessárias para fechar o ano. Segundo o Tesouro, o governo conta com R\$ 53 bilhões em receitas extraordinárias para atingir a meta fiscal de 2017 — R\$ 6 bilhões a mais que em 2016, quando o montante dessa arrecadação somou R\$ 47 bilhões. Esses recursos, porém, devem ficar abaixo da projeção do governo. Esta ainda não foi atualizada para incluir, por exemplo, as perdas com o Refis: os R\$ 53 bilhões ainda consideram uma arrecadação de R\$ 8,8 bilhões com o

programa. Mesmo assim, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, minimizou as concessões feitas pelo governo ao texto do novo Refis.

Perguntado se o governo cedera demais na negociação, Oliveira disse que, ao contrário, poderia até ser acusado de ter cedido pouco. Ele classificou as negociações de prudentes: — Foi uma negociação longa e dura, acho que o governo poderia ser acusado do contrário, de não ter cedido, porque foi uma negociação que durou o ano inteiro. E ainda não se concluiu a votação. Acho que a condição da negociação foi bastante prudente, muito diligente. Ana Paula Vescovi disse que a devolução antecipada de R\$ 33 bilhões do BNDES ao Tesouro, formalizada ontem, vai assegurar o cumprimento da chamada regra de ouro em 2017. Esta determina que o governo não pode realizar operações de crédito acima de suas despesas com investimentos. Na prática, impede que o Estado se endivide para pagar despesas correntes.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder em Jogo

Aposta no consumo

O governo atribuiu a piora na popularidade da gestão Temer à questão ambiental, com a decisão, depois abortada, de abrir a Renca (reserva mineral) à exploração. Para reverter o inédito índice de 3% de aprovação, a aposta é a economia. E o estímulo ao consumo, um dos pilares do popularíssimo governo Lula, ganhou mais força ontem, com a queda no juro do empréstimo consignado.

Saque à natureza

Chuvas, ventos e raios foram roubados em megaprojetos de refino de petróleo da Petrobras em Pernambuco e no Rio. Quem diz é o Tribunal de Contas da União, que refez as contas dos gastos e concluiu que os contratos da estatal não contiveram previsão sobre intempéries, como é normal, dentro dos orçamentos das empreiteiras. A Petrobras ficou com o risco. No Comperj, pagou sobrepreço de R\$ 465,5 milhões. Sem necessidade, segundo o TCU, que mandou cobrar a devolução do dinheiro.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Notas**

Partido de Tasso...

Elena Landau, que deixou o Conselho da Eletrobras quando vieram a público as denúncias da JBS contra Temer, também diz que fica: — O meu partido é o partido do Tasso — afirmou. Tasso, presidente interino do PSDB que se reuniu com a turma no Rio, no início do mês, tem defendido abertamente a saída do partido do governo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Igor Gadelha****Título: Temer antecipa nova mistura no diesel por voto antidenúncia**

A pedido do setor, que tem 130 votos na Câmara, governo vai antecipar medida que sairia só em março.

Em busca de apoio para barrar a segunda denúncia na Câmara dos Deputados, o presidente Michel Temer prometeu para integrantes das frentes parlamentares do biodiesel e do setor sucroenergético anunciar em outubro a antecipação do aumento da mistura obrigatória do biodiesel no diesel comum vendido ao consumidor. Juntas, as duas frentes reúnem mais de 130 dos 513 deputados da Casa, que serão responsáveis por votar pela aceitação ou não do pedido de investigação contra o presidente.

Em março, a mistura obrigatória foi elevada de 7% para 8%. A decisão previa que esse percentual passaria para 9% a partir de 1.º de março de 2018 e para 10% em 1.º de março de 2019. A pedido do setor, porém, o governo decidiu antecipar, já para março do próximo ano, o início da vigência dos 10%. O anúncio deve ser feito nas próximas semanas. “Vamos anunciar agora e entra em vigor em março”, confirmou ao Estadão/Broadcast o **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**.

Resolução.

Para que Temer publique despacho no Diário Oficial da União, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) terá de aprovar antes uma resolução estabelecendo a antecipação. Segundo o secretário de Petróleo, Gás Natural e

Combustíveis Renováveis do MME, Márcio Félix, a resolução já está “preparada” e deve ser aprovada pelo colegiado em uma reunião extraordinária. Isso porque a próxima reunião ordinária do CNPE está prevista somente para dezembro deste ano. O aumento da mistura obrigatória do biodiesel no diesel é uma demanda antiga do setor.

A avaliação é de que a medida abre espaço para redução das importações de óleo diesel, incentivando o mercado nacional de biocombustíveis. Nos últimos dois anos, com o aumento da mistura mínima para 7%, a capacidade instalada da produção chegou a 7,2 bilhões de litros, segundo o MME. Esse volume, de acordo com a Pasta, é suficiente para atender a mistura de 10%, estimada em 6 bilhões de litros. Além de antecipar o aumento da mistura obrigatória do biodiesel no diesel comum, Temer também prometeu ao setor editar uma medida provisória (MP) criando o RenovaBio.

O programa tem por objetivo incentivar o uso de biocombustíveis, para ajudar o Brasil a cumprir as metas de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa. Assessores de Temer dizem, contudo, que o martelo ainda não está batido sobre as decisões e que não há uma data fechada para o anúncio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da Fonte

Oficial

O cobiçado posto de gerente de comunicação institucional da Petrobrás é de Bruno Motta. Conforme antecipado pela coluna no blog ontem, o ex- Shell Brands começa na segunda-feira.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas & Informações

Autor:

Título: Leilões, ajuste e crescimento

Com arrecadação de R\$ 15,9 bilhões, os dois leilões conduzidos nesta semana pelo governo, nas áreas de energia elétrica e petróleo, devem produzir bons efeitos a curto e a longo prazos. O primeiro efeito é diminuir o sufoco financeiro da administração federal. A receita, R\$ 4,2 bilhões maior que a prevista, facilitará o alcance da meta fiscal deste ano e, além disso, fornecerá recursos para manter a máquina em funcionamento. As consequências de maior alcance

ocorrerão nos próximos anos, com a retomada do investimento produtivo e os ganhos daí decorrentes para o crescimento e para a eficiência da economia. O sucesso das duas iniciativas é especialmente importante neste momento: recém-saído de uma recessão e de uma longa fase de enfraquecimento econômico, o Brasil precisa recompor um potencial produtivo devastado em muitos anos de incompetência e desmandos governamentais. O leilão de quatro usinas da Cemig, arrematadas por investidores estrangeiros, rendeu para o governo R\$ 12,1 bilhões. O resultado superou por R\$ 1,1 bilhão o previsto pela autoridade federal.

A licitação de 37 áreas de exploração de petróleo e gás proporcionou R\$ 3,8 bilhões, cerca de R\$ 3,1 bilhões a mais que o estimado pelos organizadores da operação. A disputa, nos dois casos, mostrou grupos dispostos a confiar no País e a apostar na recuperação e na dinamização da economia brasileira, apesar do recrudescimento, nos últimos dias, das tensões políticas em Brasília. Seria ingênuo imaginar um divórcio entre a política e a percepção dos investidores, mas, neste momento, a expectativa quanto à reativação dos negócios e à continuação dos ajustes prevalece. Se nenhuma grande surpresa ocorrer, os R\$ 15,9 bilhões deverão ser pagos ao governo federal neste ano. O aperto financeiro continuará, mesmo com a receita extra de R\$ 4,2 bilhões, mas haverá maior segurança para a liberação de verbas necessárias à manutenção da atividade governamental. É preciso conservar a máquina em funcionamento e ao mesmo tempo continuar buscando o resultado fiscal programado para 2017.

Ainda será preciso um esforço considerável para fechar o ano com um déficit primário, isto é, sem a conta de juros, igual ou inferior a R\$ 159 bilhões. Sinais de melhora da arrecadação federal motivaram, recentemente, um pouco mais de otimismo quanto à execução orçamentária, mas, de toda forma, enquadrar o déficit no limite programado será um duro desafio até o último instante. Com a economia ainda em lenta recuperação, o Tesouro continua dependente de receitas extraordinárias. O governo havia apostado, por exemplo, em cerca de R\$ 13 bilhões, neste ano, com o lançamento de um novo programa de regularização fiscal. Mas a alteração do projeto no Congresso deve reduzir severamente a arrecadação efetiva, nesse caso. O esforço de arrumação das contas públicas, neste e no próximo ano, é parte essencial da reconstrução da economia.

Esse esforço deverá continuar nos anos seguintes, facilitado, segundo se espera, pela implementação de uma razoável reforma da Previdência. Mas o retorno a taxas de crescimento melhores que as dos últimos sete anos dependerá de outros fatores. A recuperação do investimento em produção é uma das condições incontornáveis. Ainda com ampla capacidade ociosa, a indústria deve voltar a investir lentamente em máquinas e equipamentos. O ritmo do investimento poderá ser intensificado, no entanto, com projetos na área de

infraestrutura. Mais obras criarão demanda de bens de produção e, além disso, contribuirão para o aumento do emprego. Os leilões nas áreas de eletricidade e petróleo contribuirão para essa movimentação. Mas o efeito seguinte, mais duradouro, será o ganho de eficiência. Será necessário levar o novo investimento também aos transportes – rodovias, ferrovias, armazéns, portos e aeroportos – e a outras áreas da infraestrutura, como o saneamento. Melhor planejamento e melhor acompanhamento das obras, depois de anos de incompetência e desmandos, também farão diferença.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Infraestrutura à venda

EDITORIAL

O sucesso dos leilões de áreas de exploração de petróleo e de usinas hidrelétricas da Cemig, nesta quarta-feira (27), pode ser lido como sinal de confiança de investidores na recuperação da economia.

Ademais, a receita de R\$ 15,9 bilhões, acima das expectativas, vem em hora crucial para ajudar o governo federal a conter o rombo orçamentário deste ano. Convém, todavia, relativizar o resultado: em sua maioria, os ativos vendidos eram maduros (prontos, em operação) —as usinas, que renderam R\$ 12,1 bilhões.

No caso dos campos petrolíferos, 20 empresas arremataram 37 dos 287 blocos oferecidos; 250 não despertaram interesse, e apenas seis, com potencial de rentabilidade bem mapeado, responderam por cerca de 90% da arrecadação de R\$ 3,8 bilhões, recorde para certames sob o regime de concessão.

Mudanças regulatórias foram determinantes para elevar a atratividade das áreas vendidas, em especial a diminuição das exigências de conteúdo nacional, que vinham se mostrando onerosas demais.

Destaque-se ainda que o maior investidor foi o consórcio formado pela Petrobras e pela americana Exxon-Mobil, que arrematou blocos na bacia de Campos. O movimento da estatal indica seu conhecimento do potencial da região, adjacente ao pré-sal.

Fica ainda mais enfraquecida, assim, a tese de que a abertura do mercado resultaria em perda de protagonismo da empresa. Ao contrário, a Petrobras hoje pode priorizar as melhores opções, justamente por ter sido liberada da obrigação de arcar com investimentos perdulários e excessivos.

Fica, de resto, um bom prognóstico para a próxima rodada, a ser realizada em outubro, com foco no pré-sal e receita estimada em pelo menos R\$ 7,5 bilhões. Quanto às quatro hidrelétricas, obteve-se valor 10,3% acima do mínimo fixado. Todas foram adquiridas por empresas estrangeiras.

É digno de nota que os leilões desta quarta tenham envolvido dois setores comprometidos sobremaneira por restrições de natureza ideológica nos últimos anos.

Na área de petróleo, preconceitos com a participação estrangeira, notadamente na área do pré-sal, atrasaram a produção e sobrecarregaram a Petrobras. Na energia elétrica, a redução voluntarista de tarifas provocou enormes prejuízos. A despeito dos bons resultados colhidos, a corrida para recuperar o tempo perdido no investimento apenas começou – e as barreiras vencidas foram as mais fáceis.

Há concessões novas a fazer e antigas a consertar, incluindo rodovias e ferrovias, para que o avanço da infraestrutura dê solidez ao crescimento econômico do país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mundo

Autor: Nelson de Sá

Título: Leilão de pré-sal 'marca a volta da Exxon', a maior petroleira americana

"New York Times" e "Wall Street Journal" noticiaram a venda de reservas de petróleo com títulos como "atrai interesse" e se torna "o leilão mais bem-sucedido do país".

Para o "**WSJ**", a venda "marca a volta da Exxon", maior petroleira americana, que se associou à Petrobras para derrotar a chinesa Cnooc e outras, adquirindo blocos do pré-sal por mais de US\$ 1 bilhão.

O jornal destacou que o presidente da estatal, **Pedro Parente**, afirmou que "a Petrobras é a empresa que tem o maior corpo de informação sobre o mar brasileiro, portanto, vocês podem imaginar que não pagaríamos o quanto pagamos se não tivéssemos informação de que valia".

O "**NYT**" destacou declaração do hoje consultor **Adriano Pires**, ex-assessor da Agência Nacional de Petróleo, para quem "o significado [do leilão] é o retorno da Exxon".

CHINA QUER OI

A Cnooc perdeu, mas o site de notícias da chinesa "Sina" deu que a China Telecom contratou o Goldman Sachs como consultor para comprar "o controle de todos os negócios" da telefônica brasileira Oi.

BOLSONARO VS. CHINA

O pré-candidato **Jair Bolsonaro** deu entrevista à Reuters, sob o título de que "pretende ser o Trump do Brasil". Em relações internacionais, sua "prioridade seria estreitar os laços" com os EUA, que voltariam a ser o maior parceiro comercial, no lugar da China, cujas aquisições seriam barradas:

— *A China está tomando conta do Brasil.*

BATALHA

Na nova "Economist", a "batalha dos conservadores sociais" latino-americanos contra direitos de mulheres e homossexuais. Suas campanhas vêm obtendo vitórias em países como Peru e Colômbia, onde derrubaram as ministras de educação, e no México.

E ameaçam os "avanços incompletos" no Brasil, por exemplo, onde "cresce o assassinato de homossexuais".

NA JUSTIÇA

Ecoou na quinta, via Associated Press, que a "Suprema Corte do Brasil permite ensino religioso em escolas públicas".

Mas a repercussão maior, sobre a batalha na Justiça, ainda é do juiz que quer permitir que psicólogos "tratem" homossexuais, no título do "Le Monde", o que causa "revolta", segundo a "Der Spiegel". O caso é explorado por tabloides como o "New York Post".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Siderúrgicas e Vale pressionam e Bolsa acumula sexta baixa; dólar cai 0,3%

Em sessão de intenso vaivém, a Bolsa brasileira fechou no vermelho pelo sexto pregão seguido, sob peso de ações de siderúrgicas e da Vale. No mercado cambial, o dólar interrompeu a série de três valorizações e caiu para R\$ 3,18 nesta quinta (28).

O Ibovespa, que reúne as ações mais negociadas, recuou 0,31%, para 73.567 pontos. O volume financeiro foi de R\$ 8,6 bilhões, em linha com a média diária do ano (R\$ 8,3 bilhões).

O dólar comercial teve recuo de 0,34%, para R\$ 3,183. O dólar à vista caiu 0,07%, para R\$ 3,182.

A sexta queda do mercado acionário ocorreu após um pregão em que o mercado demorou para definir uma direção. "A Bolsa rompeu máxima, perdeu a mínima, e terminou numa discreta baixa. Houve muita indecisão, mas já começa a ter uma briga para impedir que a Bolsa caia na velocidade que vinha caindo nos últimos dias", afirma Alexandre Wolwacz, sócio-fundador do Grupo L&S.

Apesar das seis quedas, a Bolsa caminha para o quarto mês de valorização, após bater recordes durante setembro.

Nesta quinta, a desvalorização do minério de ferro e do aço afetou as ações de siderúrgicas. A queda deriva da preocupação com a demanda da China pelas commodities.

Os papéis da mineradora Vale acompanharam o mercado externo e caíram. As ações ordinárias recuaram 0,56%, para R\$ 31,75. As ações preferenciais se desvalorizaram 1,01%, para R\$ 29,26.

As ações da Usiminas lideraram as baixas do Ibovespa, com queda de 4,77%. Os papéis da Gerdau recuaram 2,69%, e a CSN caiu 2,05%.

No setor financeiro, as ações do Itaú Unibanco caíram 0,53%. Os papéis preferenciais do Bradesco caíram 1,26%, e os ordinários tiveram queda de 1,35%. As ações do Banco do Brasil se desvalorizaram 0,83%. As units -conjunto de ações- do Santander Brasil tiveram baixa de 1,09%.

LEILÕES

As ações da Petrobras subiram, ainda sob impacto favorável do leilão de blocos de petróleo na quarta-feira e também depois que o conselho de administração da estatal autorizar o registro da BR Distribuidora na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e o pedido de adesão ao Novo Mercado, segmento de regras de governança mais rígida da Bolsa.

As ações preferenciais da estatal subiram 0,20%, para R\$ 15,34. Os papéis ordinários se valorizaram 0,19%, para R\$ 15,91.

As ações da Cemig subiram 1,64%, um dia após a empresa ter ficado de fora dos leilões de hidrelétricas.

Os papéis ordinários da Eletrobrás caíram 1,76%, e os preferenciais se desvalorizaram 1,74%.

"O setor elétrico foi muito castigado nos últimos dias, especialmente por indecisões do governo. Há uma política errática, o governo não decide se vai fazer horário de verão e qual o modelo de política de energia no país. Então o investidor acaba se afastando do setor", avalia Wolwacz, do Grupo L&S.

CÂMBIO

O enfraquecimento do dólar ocorreu entre 27 das 31 principais moedas do mundo.

Os investidores avaliaram os dados econômicos dos Estados Unidos, que divulgaram crescimento de 3,1% do PIB (Produto Interno Bruto) no segundo trimestre do ano. A alta no último trimestre foi a mais rápida desde o primeiro trimestre de 2015 e seguiu-se a um ritmo de 1,2% no período de janeiro a março.

Nesta sexta, o mercado cambial deve ter mais oscilação, por ser formação da taxa ptax, que referencia os contratos cambiais.

Nesta quinta, o Banco Central vendeu a oferta de 12 mil contratos de swap cambial tradicional (equivalentes à venda de dólares no mercado futuro), para rolar os contratos que vencem em outubro. Até agora, já foram rolados US\$ 6 bilhões dos US\$ 9,975 bilhões que vencem no mês que vem.

Em novembro e dezembro não há vencimentos de contratos de swap, somente em janeiro (US\$ 9,137 bilhões).

O CDS (credit default swap, espécie de termômetro de risco-país) recuou 1,82%, para 199,8 pontos.

No mercado de juros futuros, os contratos mais negociados fecharam em baixa. O DI para janeiro de 2018 recuou de 7,530% para 7,525%. A taxa para janeiro de 2019 teve queda de 7,320% para 7,300%.

Compartilhar5

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Conselho da Petrobras aprova venda de até 40% das ações da BR Distribuidora

O conselho de administração da Petrobras aprovou a abertura de capital da BR Distribuidora, com a oferta de 25% a 40% das ações em bolsa de valores. A operação é parte do plano de venda de ativos com o qual a estatal pretende arrecadar US\$ 21 bilhões até o fim de 2018. A expectativa da empresa é realizar a oferta de ações até o fim deste ano.

A BR é vista pelo mercado com uma das principais operações do plano, ao lado da malha de gasodutos do Nordeste e da fatia da estatal na petroquímica Braskem.

Em relatório divulgado esta semana, o banco UBS avalia que o valor da companhia pode oscilar entre R\$ 24 bilhões e R\$ 36 bilhões ""o equivalente a 8 a 12 vezes uma estimativa de geração de caixa de R\$ 3 bilhões por ano. Considerando o valor intermediário (R\$ 30 bilhões), a abertura de capital da companhia pode render à Petrobras até R\$ 12 bilhões, caso a opção seja por vender 40% das ações.

A avaliação considera que a Petrobras manterá o controle da empresa. Em relatório, os analistas Luiz Carvalho e Julia Ozenda dizem que a venda de uma fatia majoritária resultaria em melhor valor para o ativo.

A Petrobras diz que listará as ações no Novo Mercado da B3, a bolsa de São Paulo, que demanda maiores padrões de governança corporativa.

Os analistas do UBS, porém, alertam que as eleições de 2018 são um dos fatores de risco para potenciais investidores, embora vejam a possibilidade de interferência política mais difícil do que no passado.

"No passado, partidos populistas compeliram a Petrobras a vender produtos abaixo dos preços de mercado", escreveram.

A BR é a maior distribuidora de combustíveis do Brasil e fechou 2016 com uma fatia de 25,4% das vendas em postos de combustíveis no país. No ano passado, a empresa teve prejuízo de R\$ 315 milhões, provocado por provisões para devedores duvidosos no valor de R\$ 1 bilhão.

No final de agosto, a Petrobras aprovou uma reestruturação societária na subsidiária, que resultou na injeção de R\$ 6,3 bilhões no capital da empresa. O processo teve o objetivo de limpar o balanço da BR, transferindo para a Petrobras créditos a receber por um acordo de renegociação de dívida com a Eletrobrás.

O conselho de administração da Petrobras autorizou ainda o protocolo do registro da operação na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e o pedido de adesão ao Novo Mercado da B3.

REVÉS

A Petrobras ainda não concluiu nenhuma operação de venda depois que teve que mudar, em maio, as regras de negociação por determinação do TCU (Tribunal de Contas da União).

A empresa abriu processos de vendas no Paraguai, fábricas de fertilizantes, campos de petróleo e gás e de 90% na NTN, empresa que controla gasodutos no Nordeste.

No fim de agosto, sofreu um revés quando a área técnica do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) emitiu parecer contrário à compra da distribuidora de gás de botijão Liquigás pelo grupo Ultra.

O negócio, de R\$ 2,8 bilhões, ainda será analisado pelo plenário do Cade.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Projeto na Câmara quer suspender leilão de usinas da Cemig

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara aprovou nesta quinta-feira (28) um projeto de decreto legislativo para suspender o leilão desta quarta (27) das quatro usinas da Cemig.

A decisão do colegiado ocorre um dia após o certame das usinas de Miranda, Jaguará, São Simão e Volta Grande feito pela União, que arrecadou R\$ 12,130 bilhões.

O projeto para sustar os efeitos do leilão é de autoria do deputado mineiro Patrus Ananias (PT) e foi o primeiro item da pauta de votação da CCJ, presidida pelo também mineiro Rodrigo Pacheco (PMDB).

O projeto suspende os efeitos de portarias que delegaram à Aneel e ao **Ministério de Minas e Energia** a realização do leilão de outorga.

A proposta terá ainda de passar pelo plenário da Câmara e pelo Senado

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Adriana Botelho e Philipe Santos

Título: Litro da gasolina por até R\$ 3,69

Os preços da gasolina caíram no Distrito Federal em relação à semana passada,

de acordo com levantamento feito pelo Correio. Na maioria dos postos, a redução foi, em média de R\$ 0,04 por litro. No Guará, o produto pode ser encontrado a R\$ 3,69. O brasiliense que quiser economizar, porém, não tem muitas opções na hora de pesquisar preços. O levantamento mostra que vários estabelecimentos estão cobrando o mesmo valor pelo combustível.

Entre os 18 postos pesquisados pela reportagem, 13 cobravam o mesmo pelo litro da gasolina: R\$ 3,95. Na semana passada, especialistas advertiram que o fato de os estabelecimentos baixarem os preços ao mesmo tempo e com valores tão parecidos é um indício forte de que o cartel da revenda de gasolina pode ter voltado a atuar em Brasília.

Em novembro de 2015, a Polícia Federal, com a ajuda do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), deflagrou uma operação visando coibir essa prática criminoso no DF e no Entorno. O resultado foi um aumento da competição entre os postos, que permitiu, inclusive, que muitos deles lançassem campanhas de desconto para atrair consumidores.

O motorista José Ribeiro, 49 anos, também desconfia da volta do cartel. “Como sou motorista do aplicativo Uber, o que me salva é o convênio da empresa com alguns postos de gasolina e o desconto que recebo”, desabafa. Segundo ele, a parceria da empresa gerou um abatimento de R\$ 0,27 por litro.

Moradora do Guará, a dona de casa Keila Cristina da Conceição, 42 anos, ficou feliz ao encontrar a gasolina por R\$ 3,69. “Tivemos três aumentos consecutivos e fiquei feliz ao ver que, perto da minha casa, ela está com um preço bom, embora ainda não seja o ideal”, disse.

Para os moradores do Plano Piloto, o menor preço encontrado foi de R\$ 3,86, no eixo L Norte, valor ligeiramente menor que o da semana passada, que chegava a R\$ 3,99 nos mesmos postos. Os preços mais elevados — de R\$ 4,09 a R\$ 4,13 — estão em postos do Eixo W Norte.

Revisão

A Petrobras anunciou a redução do preço da gasolina em 1,1% a partir de hoje nas refinarias. Desde 30 de junho, a estatal vem praticando uma nova política de revisões, na qual avalia de forma permanente as condições de mercado, o que pode resultar em correções diárias no valor do combustível.

* Estagiários sob supervisão de Odail Figueiredo

Confira

Preços caem na maioria dos postos pesquisados pelo Correio

Postos	Endereço	21/9	28/9	Petrobras	Eixo W 103 Norte	R\$ 4,13	R\$ 4,13
Petrobras	Eixo W 105 Norte	R\$ 4,03	R\$ 3,95				
Petrobras	Eixo W 107 Norte	R\$ 3,99	R\$ 3,95				
Shell	Eixo W 109 Norte	R\$ 3,99	R\$ 3,95				
Ipiranga	Eixo W 112 Norte	R\$ 3,99	R\$ 3,95				
Petrobras	Eixo W 113 Norte	R\$ 3,99	R\$ 3,86				
Ipiranga	Eixo W 115 Norte	R\$ 3,99	R\$ 3,95				
Petrobras	Eixo L 214 Norte	R\$ 3,99	R\$ 3,95				
Shell	Eixo L 212 Norte	R\$ 3,99	R\$ 3,95				
Ipiranga	Eixo L 210 Norte	R\$ 3,99	R\$ 3,95				
Petrobras	Eixo L 208 Norte	R\$ 3,99	R\$ 3,95				
Jarjour	Eixo L 206 Norte	R\$ 3,99	R\$ 3,86				
Ipiranga	Eixo L 204 Norte	R\$ 4,19	R\$ 4,09				
Petrobras	Eixo L 203 Norte	R\$ 3,95	R\$ 4,09				
Petrobras	Eixo W 105 Sul	R\$ 3,99	R\$ 3,86				
Auto Lu's	Eixo W 107 Sul	R\$ 3,99	R\$ 3,86				
Petrobras	Eixo W 106 Sul	R\$ 3,99	R\$ 3,86				
Petrobras	Eixo W 113 Sul	R\$ 3,99	R\$ 3,86				
Shell	Eixo W 115 Sul	R\$ 3,95	R\$ 3,89				
Petrobras	Eixo L 214 Sul	R\$ 3,99	R\$ 3,89				
Petrobras	Eixo L 212 Sul	R\$ 3,95	R\$ 3,89				
JarJour	Eixo L 210 Sul	R\$ 3,99	R\$ 3,86				
PB	Eixo L 206 Sul	R\$ 3,99	R\$ 3,86				
Ipiranga	Eixo L 204 Sul	R\$ 3,99	R\$ 3,86				
Petrobras	Eixo L 202 Sul	R\$ 3,99	R\$ 3,86				
Petrobras	SHN 5	—	R\$ 3,95				
Shell	SHS 2	—	R\$ 3,95				
Ale	SHS	—	R\$ 3,95				
Petrobras	Quadra 2 Guará II	—	R\$ 3,69				

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio****Título: Estiagem provoca alta generalizada nos custos de energia**

O atraso do início do período úmido e o aumento das temperaturas devem levar a um aumento generalizado do custo de energia no país, mesmo sem haver risco de abastecimento. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve divulgar hoje o acionamento da bandeira tarifária vermelha, e há chances de que seja no patamar 2, com acréscimo de R\$ 3,50 a cada 100 kilowatts-hora

(KWh) consumidos. Se o cenário se confirmar, será a primeira vez que ela será acionada.

A falta de chuvas afeta também os consumidores de outra forma. Com os níveis dos reservatórios em baixa, as hidrelétricas são cada vez mais substituídas por outras fontes de energia, o que aumenta o déficit hídrico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês). Ao mesmo tempo, o preço de energia no mercado à vista (PLD) tem se mantido no teto de R\$ 533,82/MWh.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) prevê que o GSF custará R\$ 40,8 bilhões ao país neste ano. A conta considera o PLD médio projetado para o ano - R\$ 345/MWh - e o déficit hídrico médio de 30,1%. Desse montante, R\$ 27,5 bilhões correspondem ao custo nos contratos do mercado regulado de energia (das distribuidoras), e R\$ 13,3 bilhões aos dos contratos no mercado livre.

Parte do prejuízo do GSF vai para as empresas geradoras, que estão expostas ao mercado livre, ou precisam vender menos energia para se proteger. Outra parcela vai para os consumidores, que bancam o GSF de toda a energia em regime de cotas (custo que pode chegar a R\$ 1 bilhão por mês) e também o dos geradores do mercado regulado que aderiram ao "seguro" criado pelo governo.

Projeções divulgadas ontem pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apontam que as chuvas devem ficar em 79% da média histórica em outubro na região Sudeste. No Nordeste, a situação continua sendo mais grave, com previsão que as chuvas cheguem a 31% da média.

O patamar da bandeira só será conhecido hoje, quando será publicado pela Aneel. Especialistas ouvidos pelo **Valor** concordam que a bandeira será vermelha, mas não é possível saber com exatidão qual o patamar. Para Gustavo Arfux, sócio-diretor do grupo Compass, há 70% de probabilidade de a bandeira vermelha para outubro ficar no segundo patamar (mais caro). Segundo ele, há chuva prevista para a próxima semana, mas não em volume suficiente para reverter o quadro atual.

Lucas Rodrigues, analista de mercado da Safira Energia, também vê grandes chances de bandeira vermelha no patamar mais caro. "A situação das chuvas está crítica e sem dado de melhoria."

Segundo Christopher Vlavianos, presidente da comercializadora Comerc, os dados divulgados até o momento indicam que o preço ficará em R\$ 680/MWh. A bandeira vermelha patamar 2 é acionada sempre que a última usina a ser despachada tem custo de geração superior a R\$ 610/MWh. O patamar 1 da vermelha, que acrescenta R\$ 3 a cada 100 KWh consumidos, é acionado quando

o custo fica entre R\$ 422,56/MWh e R\$ 610/MWh. A bandeira tarifária vigente é a amarela, que acrescenta R\$ 2 a cada 100 KWh consumidos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo e Edna Simão | De Brasília

Título: Após leilões, Tesouro garante liberação de R\$ 12,8 bi neste ano

O Tesouro Nacional assegurou a liberação de R\$ 12,8 bilhões neste ano para o funcionamento da máquina pública mesmo com as mudanças feitas pelo Congresso no projeto do Refis. Para compensar a possível perda causada pelas alterações, a equipe econômica conta com a arrecadação acima do previsto em concessões e com a receita de precatórios, que já contribuem para o resultado primário do ano.

A liberação é vista como "segura" pela secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, porque a principal preocupação era uma frustração com os leilões de usinas hidrelétricas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e blocos de petróleo nesta semana. Mas, contrariando os temores do governo, o resultado das disputas garantiu R\$ 4,4 bilhões acima do previsto - o que abre espaço, inclusive, para novos descontingenciamentos.

"Temos segurança para a liberação", afirmou Ana Paula. A secretária indicou, no entanto, que a equipe econômica continua monitorando as estimativas de receitas e despesas (o Refis, da maneira como foi votado pela Câmara, já tem frustração de R\$ 5 bilhões) e que o descontingenciamento pode não ser feito de uma só vez. "O ideal é a liberação ser feita aos poucos", disse.

Além da melhor perspectiva em concessões, contribui para os planos do governo o recolhimento de recursos pagos pela União após sentenças judiciais (precatórios) que estão parados há mais de dois anos em bancos públicos. Uma lei em julho deste ano autorizou essa liberação e já foram recebidos pelo Tesouro cerca de R\$ 6 bilhões com o instrumento - mais R\$ 2,5 bilhões estão previstos oficialmente até dezembro. Além disso, confirmou Ana Paula, outro montante (entre R\$ 2 bilhões e R\$ 4 bilhões) pode ser contabilizado em receitas com precatórios até o fim do ano.

A liberação de mais recursos com o item depende de procedimentos legais do governo, sendo que parte está bloqueada pela Justiça. "Temos conversado para que normas e procedimentos possam convergir e dar segurança ao detentor desses precatórios, e também àqueles que vão operar esse mecanismo", disse.

De qualquer forma, os precatórios já impulsionam os números de receita e foram justamente o principal destaque nos números fiscais de agosto - ajudando a limitar o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) a R\$ 9,599 bilhões no mês, recuo de 54% contra um ano antes.

Foram registrados R\$ 16,6 bilhões a mais na receita de agosto (na comparação com um ano antes), explicados pela arrecadação com precatórios (R\$ 6 bilhões), Refis (R\$ 3 bilhões), além da melhora da atividade econômica e do esforço tributário (R\$ 5,4 bilhões) e outros itens. No total, a receita líquida subiu 19,7% no mês, para R\$ 92,036 bilhões. Já as despesas subiram 4,1%, para R\$ 101,634 bilhões.

No acumulado do ano, o rombo chega a R\$ 85,804 bilhões, 9,6% mais do que um ano antes. A comparação está prejudicada graças a uma antecipação no pagamento de precatórios. Por isso, o déficit parece maior. Desconsiderando o efeito, o déficit acumulado cairia para R\$ 67,7 bilhões neste ano. Em 12 meses, o rombo chega a R\$ 172,8 bilhões - ou R\$ 154,7 bilhões retirando o mesmo efeito.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Agências internacionais

Título: Chineses anunciam metas de venda de carros elétricos

O governo chinês anunciou ontem que a partir de 2019 vai impor metas de vendas domésticas de carros elétricos e híbridos que as montadoras e importadoras de veículos terão de cumprir, visando reduzir a poluição do ar e estimular uma indústria doméstica de carros verdes.

Em 2019, os veículos elétricos ou híbridos deverão representar 10% das vendas anuais das montadoras locais e importadores, segundo comunicado emitido ontem pelo Ministério da Indústria e Tecnologia de Informação. Esse percentual será elevado para 12% em 2020. A obrigatoriedade se aplica as companhias que produzem ou importam 30 mil veículos ou mais por ano.

Mas em uma vitória parcial das montadoras estrangeiras, Pequim concordou em adiar a implementação gradual dessas metas de 2018 para 2019, como estava originalmente planejado. As marcas estrangeiras argumentaram que teriam dificuldade em construir a infraestrutura de produção necessária até o próximo ano.

A determinação da China em estimular a produção de carros elétricos no maior mercado mundial de veículos está repercutindo globalmente, obrigando as

montadoras a desenvolver a tecnologia, apesar das reservas dos consumidores, segundo especialistas.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Venda da Ansa

A Petrobras informou que o prazo para a assinatura dos acordos de confidencialidade relacionados ao processo de venda da Araucária Nitrogenados (Ansa) e da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III será prorrogado para 13 de outubro. Os acordos de confidencialidade permitem o acesso às informações técnicas, legais e financeiras referentes ao desinvestimento nos dois ativos.

Importação de químicos

Enquanto o mercado brasileiro de produtos químicos cresceu 8,3% no acumulado de janeiro a agosto, as importações em volume saltaram 38,2%, conforme a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). No intervalo, o índice de produção avançou apenas 0,79%. Consequentemente, os importados representam 38,2% do mercado brasileiro de químicos de uso industrial. Segundo a Abiquim, o "elevadíssimo" custo da matéria-prima e da energia, combinado a gargalos na infraestrutura logística, está "destruindo a indústria química brasileira".

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	Rodrigo Polito Do Rio
Título:	State Grid olha aquisições e vai participar de leilões

A gigante chinesa State Grid Corporation of China (SGCC) avalia novas oportunidades de aquisições de empresas e ativos no Brasil e pretende participar dos próximos leilões de linhas de transmissão. Segundo o diretor-geral da área internacional da companhia, Zhu Guangchao, as condições da economia brasileira estão melhorando e a empresa tem planos de crescimento no longo prazo no país, apesar de não ter divulgado uma meta para os próximos anos.

"A taxa de juros está reduzindo. E a taxa de crescimento da economia está cada vez melhor. A State Grid mantém a estratégia de investimentos de longo prazo.

Com certeza nossos negócios no Brasil vão crescer. Vamos participar ainda mais nos projetos de leilões", disse o executivo, que participou ontem, em Paracambi (RJ) do lançamento da pedra fundamental das obras do segundo linhão que escoará energia da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, para o Sudeste.

A chinesa investirá R\$ 9,6 bilhões no empreendimento, que terá 2,518 mil quilômetros de extensão de linhas, passando por cinco Estados (Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro). O projeto prevê 4,6 mil torres de transmissão e duas subestações de grande porte, sendo uma em Paracambi e outra em Anapu (PA).

Questionado sobre oportunidades de aquisições de empresas e ativos no Brasil, o principal executivo da área internacional do grupo State Grid disse que a empresa está "avaliando várias oportunidades". "Precisamos de tempo para avaliar para ver quais ativos têm melhor sinergia com o que já temos aqui", completou.

Zhu destacou que, desde 2010, quando a empresa chegou ao Brasil, sempre esteve confiante com relação ao país, mesmo nos momentos difíceis, devido à transparência das regras. "Estamos muito satisfeitos com nossos resultados de investimento e desempenho de nossas empresas [no Brasil]. Temos confiança nesse mercado. Nos últimos dois anos, passamos por tempos difíceis e continuamos investindo e fechamos o negócio [aquisição do controle] da CPFL [em julho do ano passado, o que demonstrou nossa confiança [no país]]", explicou ele.

Com relação ao linhão, a expectativa, segundo Paulo Esmeraldo, vice-presidente, da Xingu Rio Transmissora de Energia (XRTE), sociedade de propósito específico (SPE) criada para tocar o projeto, é que a linha entre em operação até dezembro de 2019.

Dos R\$ 9,6 bilhões de investimentos previstos, cerca de R\$ 3 bilhões serão financiados pelo BNDES. Segundo Esmeraldo, a empresa já solicitou o financiamento ao banco estatal, pela linha Finem. Da cifra restante, metade será bancada com recursos próprios do grupo e outra metade por emissão de debêntures de infraestrutura. Até o momento, a companhia já investiu R\$ 1 bilhão no projeto.

A previsão é que sejam gerados 16 mil empregos durante a construção da linha. A obra contará com 13 canteiros simultâneos. A XRTE contratou cinco empresas para fazer o EPC (sigla em inglês para engenharia, suprimentos e construção) do projeto. Dessas, três são brasileiras (Tabocas, Incomisa e Alumini) e duas chinesas (XPTT e Sepco).

O grupo chinês é um dos maiores investidores em transmissão de energia do Brasil, com 5,5 mil km de linhas em operação, 14 mil km de linhas em construção.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Camila Maia e Juliana Schincariol | Do Rio e São Paulo

Título: MME defende golden share da Eletrobrás

O **Ministério de Minas e Energia** reafirmou sua posição favorável a inclusão de uma "golden share", que daria poder de veto à União em determinados assuntos estratégicos, no processo de privatização do controle da Eletrobrás, em mais uma queda de braço travada entre as áreas energética e econômica do governo Temer. Para o ministro **Fernando Coelho Filho**, a expectativa é que a "golden share" seja mantida na modelagem que está sendo preparada pelo governo.

"Tenho defendido no grupo que tem trabalhado nessa modelagem que é fundamental a gente ter a golden share. Disse isso para o presidente [Michel Temer]. Disse isso para o [Henrique] Meirelles [ministro da Fazenda] e para o Dyogo [de Oliveira, ministro do Planejamento]. E vamos defender isso. A expectativa é que a gente vai, sim, ter a golden share para assuntos que sejam estratégicos, para o governo poder ter o poder de veto", disse ontem o ministro, no Rio, durante o lançamento da pedra fundamental das obras do segundo linhão que escoará a energia de Belo Monte, no Pará, para o Sudeste.

Na quarta-feira, o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr., disse que o governo precisa definir um gestor para realizar o processo de pulverização do controle da empresa - que ele classifica como "democratização" do controle. Segundo o executivo, o BNDES pode ser o gestor desse processo, mas não cabe a Eletrobrás tratar sobre isso. Ele explicou que a definição do gestor deverá ser feita por decreto presidencial.

Sobre a privatização das distribuidoras da Eletrobrás, Coelho Filho admitiu que o processo pode ficar para o início de 2018. "Talvez de fato não se conclua até dezembro [como previsto anteriormente], mas a ideia é nos primeiros meses de 2018. A expectativa é que possamos efetivar a venda delas, se não até o fim do ano, mais tardar até fevereiro do ano que vem".

O presidente da Eletrobrás contou que o fim do ano não é o melhor momento para fazer a venda das empresas, por ser período de férias e que pode interferir no comportamento de investidores.

Ontem, a diretora de Infraestrutura e Sustentabilidade do BNDES, Marilene Ramos, disse que o leilão de privatização das distribuidoras pode ocorrer em março. Ela acredita que haverá interesse de investidores nas empresas, a exemplo do que ocorreu no leilão de usinas da Cemig, nesta semana. "Os ganhadores destes leilões ontem [quarta-feira], são potenciais [interessados]. A Enel, por exemplo, atua na área de distribuição".

O banco entregou formalmente ontem ao ministério de Minas e Energia a proposta de modelagem da privatização das distribuidoras.

Segundo o secretário-executivo do ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, o modelo deve ser ajustado para incorporar decisão recente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que reconheceu que essas empresas estão "desequilibradas" e não seriam eficientes mesmo com uma gestão ideal.

Um ponto essencial para viabilizar a venda de uma das empresas, a Amazonas Distribuidora Energia, é o equacionamento da dívida da Eletrobrás com a Petrobras relativa à aquisição de combustível para geração termelétricas no Amazonas. Ferreira Jr. contou que as empresas já iniciaram negociações sobre o assunto. Segundo o ministro, a expectativa é que o assunto seja solucionado até o fim do ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Com R\$ 1 bi, Beta inicia operações no mercado livre

A Beta Comercializadora, empresa criada pelo fundo de investimentos CSHG Delta Energia e que terá à disposição R\$ 1 bilhão, captados pelo Credit Suisse Hedging-Griffo (CSHG) e a Delta Energia, iniciará em outubro as operações no mercado livre. A meta da comercializadora é negociar um volume de energia de 1.200 a 1.500 megawatts (MW) médios por ano, se colocando como uma das líderes do mercado.

"O retorno [financeiro], que é pactuado com o fundo, é de 20% a 25% por ano. Em termos práticos, se estamos falando em um patrimônio líquido de R\$ 1 bilhão, seria uma margem bruta agregada na comercializadora entre R\$ 200 milhões e R\$ 300 milhões por ano, ao longo de cinco anos", afirma o presidente da Beta, João Carlos Guimarães, executivo com longa experiência no mercado de energia e que respondia pela diretoria-geral da EDP Comercializadora, uma das maiores empresas do segmento.

Segundo ele, a estratégia da é atuar no mercado livre de duas formas. Do montante de R\$ 1 bilhão, R\$ 100 milhões serão destinados à atividade de trading tradicional (compra e venda de energia). Já os outros R\$ 900 milhões serão utilizados em operações de pré-pagamento de energia, na qual a companhia comprará uma determinada quantidade de energia, pagando antecipadamente por sua totalidade. Em seguida, a empresa negociará a venda desse bloco, conforme for montando seu portfólio.

"Nosso foco são contratos de um mês a até dois anos [de duração], podendo chegar, em casos excepcionais, até três anos em qualquer submercado", explicou Guimarães.

O que despertou o interesse do executivo para o negócio foi o modelo inédito criado pelo CSHG Delta Energia, que busca atrair investidores financeiros profissionais para o setor elétrico e oferece retornos diferenciais, em um momento de taxas de juros decrescentes.

"O que me atraiu nesse projeto é que investidores financeiros profissionais, que não investiam no setor produtivo, foram atraídos por um modelo de negócios que busca o capital desses investidores para aplicação no negócio de comercialização de energia", explicou Guimarães.

Segundo o executivo, o fundo tem um prazo previsto de cinco anos, com possibilidade de renovação pelo mesmo prazo, caso haja interesse dos investidores.

O presidente da Beta destacou ainda o momento oportuno para o início das operações da companhia, enquanto é discutida pelo governo uma ampla reforma no marco legal do setor elétrico, com viés de abertura de mercado. "O governo quer de fato que a energia seja uma commodity. Isso é muito bom para o setor energético e para a operação da Beta. Se a energia de fato for uma commodity, será possível inclusive a operação de uma bolsa de energia, que é o próximo passo que vamos ter no Brasil".

Por outro lado, Guimarães demonstrou preocupação com o impasse causado pelo déficit de geração hídrica, medido pelo GSF (sigla em inglês para a medida do volume de energia de fato gerado pelas hidrelétricas em relação ao que elas estão autorizadas a comercializar). "Isso está comprometendo a saúde financeira da geração. Para um setor ser pujante, você precisa que as empresas do setor sejam pujantes", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto | De Brasília****Título: CCJ aprova projeto inócuo contra leilão**

Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), um projeto de decreto legislativo que sugere a suspensão das portarias que permitiram o leilão das usinas operadas pela Cemig é considerada inócua por parlamentares do colegiado e assessores técnicos da Câmara. Até mesmo o autor do projeto Patrus Ananias (PT-MG) admite desconhecer os efeitos jurídicos da proposta se ela for aprovada nos plenários da Câmara e do Senado, já que o leilão ocorreu na quarta-feira e arrecadou R\$ 12,1 bilhões.

O próximo passo do projeto é ser analisado no plenário da Câmara e depende apenas da disposição do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ) de pautar o texto do petista. Na avaliação do deputado Marcos Rogério (DEM-RO), a proposta, ainda que tenha sido aprovada na CCJ, não deve ter validade, porque o leilão já foi realizado. "Entendo que a proposta está prejudicada. O governo já fez o leilão. Desautorizar o que já aconteceu é absolutamente inadequado e intempestivo".

A posição do parlamentar do DEM é endossada por assessores técnicos da Câmara consultados pelo **Valor**. Para eles, não há como barrar a tramitação da proposta e há o risco de passar por alterações ou cair em função de questões de ordem ou emendas que venham a ser apresentadas. Eles acreditam que, mesmo que o texto seja aprovado nas duas Casas, um desfecho sobre o imbróglio só deve ser encontrado na Justiça.

O próprio Patrus tenta reunir elementos para recorrer à Justiça, caso o desfecho no Congresso não seja o que ele espera. "Eu estou trabalhando em dois níveis. No nível jurídico, vou considerar todas as possibilidades em sintonia com a bancada de Minas Gerais, com o meu partido e com as pessoas que estão contra esse projeto de desnacionalização do Brasil.", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás | De São Paulo****Título: Petróleo é destaque de alta em setembro negativo**

O petróleo foi o destaque positivo das commodities industriais em setembro. A expectativa de continuidade do saque de estoques globais, com o mercado próximo ao déficit, ajudou na confiança dos investidores. Por outro lado, o

minério de ferro, que vinha de três meses de alta, terminou em forte queda. No caso do minério, a lógica é inversa: excesso de oferta, principalmente por conta da desaceleração da demanda chinesa.

No mês até ontem, o Brent para entrega em dezembro teve valorização 8,5% na ICE Futures de Londres, para US\$ 57,16. O WTI de novembro avançou 7,8%, a US\$ 51,56, na Nymex, de Nova York.

Na opinião da consultoria Capital Economics, a forte demanda deve continuar a mitigar parte do crescimento de produção e impedir pressão maior sobre os preços do petróleo. A atividade econômica, principalmente de China, Europa e Estados Unidos, tem ajudado a elevar o consumo.

Essas regiões representam mais da metade da demanda pelo mundo e só durante o segundo trimestre, na avaliação da instituição, foram responsáveis por 75% do consumo. Esse aumento foi fruto de um crescimento econômico acima das projeções, com redução do desemprego e incremento na renda.

Mas o Commerzbank alerta: talvez o otimismo esteja exagerado. O banco comenta que seria necessário uma falta muito mais elevada de barris no mercado para que houvesse de fato um equilíbrio relevante. A grande prova disso, acrescenta, é que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) ainda pensa em estender os cortes de produção para além de março.

O Instituto de Finanças Internacionais (IIF, na sigla em inglês) projeta que no médio prazo - ao menos até 2020 - os preços da commodity vão continuar abaixo de US\$ 60 o barril. Entre os motivos, estão o aumento de produção das nações fora da Opep, especialmente os EUA, e a possibilidade de disparada dos investimentos no caso de preços muito altos por muito tempo.

Já o minério de ferro, após três meses seguidos de alta, que garantiram um bom terceiro trimestre para as produtoras, caminha para fechar setembro na maior queda desde maio de 2016. No mês até ontem, o recuo é de 20,3%, para US\$ 62,89 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin".

O que pesa na hora de formar o preço atualmente é a desaceleração da atividade na China e a perspectiva de fechamento de usinas siderúrgicas no país até o fim de 2017, para controlar a poluição. Após meses em que bateu seu recorde histórico de produção do aço, o gigante asiático provavelmente reduzirá o ritmo.

"Um crescimento nada brilhante da demanda e a redução da confiança do mercado futuro na commodity provavelmente continuará a pressionar os preços", escreve o analista Norbert Ruecker, do banco suíço Julius Baer, em relatório. Na Bolsa de Commodities de Dalian, os contratos futuros do minério

com vencimento em janeiro - os mais negociados - também caíram, um recuo de 21%.

Já o minério de ferro, após três altas mensais, caminha para fechar o mês na maior queda desde maio de 2016

Em apenas dois meses, a curva futura da matéria-prima encolheu drasticamente. O sinal em Dalian de um dos últimos contratos com alguma liquidez, para entrega em agosto de 2018, teve sua cotação diminuída em 19%.

O problema é que, ao mesmo tempo em que o consumo esfria, a oferta do insumo continua com perspectiva de alta. Austrália e Brasil estão exportando mais - especialmente um material de mais baixo custo, ou seja, mais resistente a preços piores. "Um preço acima de US\$ 70 parecia alto demais ante a expansão da oferta de baixo custo", diz Ruecker, em outro relatório.

Mas com o bom desempenho nos outros meses, impulsionado pela demanda chinesa, o terceiro trimestre fecha com alto nível de preço. A cotação média do período até ontem ficou em US\$ 71,57, 13,6% a mais do que no segundo trimestre e avanço de 22,6% na comparação anual.

Para a Vale, que consolida seu balanço em reais, a situação é confortável, mas menos, por conta do câmbio. No trimestre, o minério ficou na média de R\$ 226,22, ganhos de 12,1% sobre o período de abril a junho e de 19,5% ante o terceiro trimestre de 2016. A companhia, contudo, ganha no alto teor médio de seu produto. Além disso, a empresa usa um misto de correção de valores passados, cotações à vista e projeções de preços futuros.

Um potencial efeito positivo no mercado transoceânico poderia vir da notícia de que a China planeja cancelar quase um terço de suas licenças de exploração do minério. Mas, para Daniel Briesemann, analista do Commerzbank, provavelmente os preços não serão afetados.

"Enquanto a Austrália e o Brasil continuarem produzindo o quanto conseguem, não acho que é um temor que o equilíbrio entre oferta e demanda fique muito apertado", diz Briesemann. "Facilmente qualquer falta que mineradoras chinesas fizerem será coberta pelas empresas desses países."

Segundo a agência de notícias "Reuters" o governo chinês quer cancelar mais de mil licenças.

Mas para Briesemann, além de o tempo para entrarem em conformidade com as exigências permitir que continuem operando, provavelmente muitas delas até já deixaram de produzir por conta dos altos custos. O analista lembra que os planos de fechar algumas siderúrgicas locais, também por conta da poluição,

têm efeito muito mais negativo na demanda - e, consequentemente, nos preços.

Para os metais não ferrosos, o mês também foi negativo. Assim como o minério, a maioria do complexo de metais iniciou o mês com respiro, ensaiando alta ante agosto, mas perdeu força nos últimos dias do mês.

Na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), os contratos futuros de três meses do cobre caíram 5%, para US\$ 6.452 por tonelada, enquanto o níquel perdeu 11,6%, para US\$ 10.265. O alumínio, por sua vez, ficou praticamente estável, com leve alta de 0,7%, para US\$ 2.128.

Para o Commerzbank, o níquel está entre as commodities metálicas com pior perspectiva no momento, principalmente porque a Indonésia continua elevando sua produção. Em agosto, a China importou 580 mil toneladas de minério de níquel, maior nível desde março de 2014.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Paula Selmi | De São Paulo

Título: Ternium vai investir US\$ 1,1 bilhão em novo laminador no México

A companhia ítalo-argentina Ternium, controlada pelo grupo Techint, anunciou ontem que investirá US\$ 1,1 bilhão na instalação de um novo laminador de tiras a quente no México - que irá otimizar sua produção de aço acabado na região.

O projeto, localizado no centro industrial Pesqueria, no México, terá capacidade de produção de 3,7 milhões de toneladas ao ano e deve se tornar operacional até a segunda metade de 2020. O plano inclui ainda a opção de aumentar a produção no futuro em mais 1,1 milhão de toneladas, com pequenos investimentos.

"O investimento vai constituir um grande avanço tecnológico para a capacidade de produção de aço do México, permitindo a expansão da variedade de produtos da Ternium, com o objetivo de substituir os produtos importados de alto valor", afirmou a companhia, em comunicado.

Segundo o presidente da Ternium, Daniel Novegil, o novo laminador também é um passo lógico para a siderúrgica após a aquisição recente da CSA [que faz placas, pertencia à Thyssenkrupp e fica no Rio de Janeiro], no Brasil. "O novo equipamento, assim que se tornar operacional, vai ser integrado ao sistema de produção de aço da Ternium no Brasil."

A companhia também anunciou uma nova unidade de produção no norte da Colômbia, com capacidade de produção de 520 mil toneladas ao e um investimento total de cerca de US\$ 90 milhões. A nova instalação colombiana será concluída até a segunda metade de 2019, informou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Minoritário quer impedir Petrobras de votar sobre Cetrel

Acionistas minoritários da Braskem querem impedir a Petrobras, co-controladora da petroquímica, de votar na assembleia geral extraordinária (AGE) convocada para hoje, com o objetivo de deliberar sobre a recompra da Cetrel, empresa que presta serviços ambientais no Polo de Camaçari (BA). Segundo esses investidores, pagar R\$ 610 milhões pela companhia de saneamento, vendida pela própria Braskem à Odebrecht Ambiental há cinco anos, não tem sentido comercial e visa a ajudar financeiramente o grupo Odebrecht, que passou a enfrentar dificuldades financeiras após a Operação Lava-Jato.

De acordo com o advogado André Dantas, da Geração Futuro, o plano é apresentar um pedido de impugnação do voto da estatal tão logo a operação seja apresentada - a AGE deve começar às 9h, em Camaçari (BA) -, sob a justificativa de que a Petrobras está vinculada ao acordo de acionistas da Braskem e, portanto, está no bloco de controle e é parte interessada.

O pedido dos minoritários valerá, na verdade, para as duas controladoras da petroquímica. Mas o **Valor** apurou que a Odebrecht vai se abster da votação, por ser parte relacionada. Já a Petrobras deve votar favoravelmente à compra da Cetrel.

A posição contrária à operação já foi expressa pelos minoritários na primeira AGE de deliberação sobre o assunto, que ocorreu em 25 de agosto. Na ocasião, a recompra da Cetrel foi retirada da pauta. A convocação de nova AGE para tratar sobre o tema, já nesta sexta-feira, surpreendeu os minoritários.

Para Dantas, que representa o fundo de investimento Geração Futuro L. Par, um minoritário ordinarista de Braskem, não há propósito na decisão da petroquímica de recomprar um ativo que foi vendido há cinco anos justamente por não ser considerado estratégico. "Nos parece um acordo de conveniência, porque a Odebrecht precisa de caixa para fazer frente ao acordo de leniência", afirma.

Em 2012, a Braskem vendeu a fatia de 54,2% que detinha na Cetrel e 100% da Distribuidora de Água de Camaçari (DAC) para a Odebrecht Ambiental por R\$ 652 milhões. No fim do ano passado, o grupo Odebrecht acertou a venda da Ambiental para a canadense Brookfield, que não manifestou interesse pela Cetrel. Diante disso, a Braskem apresentou uma oferta de R\$ 610 milhões para recomprar 63,7% da empresa.

"Essa operação fere os minoritários e a empresa como um todo", diz o advogado da Geração Futuro. "O ativo está fora do 'core' [atividade principal] da Braskem, não há razão de ser da operação nesse momento", acrescenta.

Para o advogado Felipe Claudino, sócio do setor societário do Rolim de Mello Sociedade de Advogados, a operação deveria ser analisada com cautela, uma vez que a Cetrel está trocando de mãos, mais uma vez, entre partes relacionadas. "Há potencial conflito de interesses. É preciso estar muito embasado em critérios técnicos para justificar a compra", afirma.

Caso o pedido de impugnação não seja aceito, a Petrobras tem condições de, sozinha, aprovar a operação na AGE, uma vez que é dona de 47% do capital votante da petroquímica. Se aprovada, a compra será questionada pelos minoritários na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou na Justiça. "Faremos o nosso voto de protesto em caso de decisão favorável e vamos ver como questionar, de forma administrativa ou judicial", afirma.

A Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) também acompanha o caso com preocupação e vai aguardar os desdobramentos da assembleia para eventualmente se manifestar sobre o assunto.

Procurada, a Petrobras informou que não comentaria o assunto. A Braskem, por sua vez, informou que a Cetrel tem papel relevante na gestão dos processos ambientais das atividades do polo Camaçari. "A aquisição busca garantir a segurança e a confiabilidade das operações industriais no polo, em linha com a estratégia da Braskem de reforço de sua operação petroquímica", afirmou, em nota.

De acordo com o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic), que representa mais de 90 empresas instaladas na região, a Cetrel é estratégica para o bom funcionamento do polo baiano e tem um banco de dados relevante sobre emissões e água. Há receio de mudança no foco dos investimentos com eventual alteração do controle da Cetrel, de acordo com o superintendente-geral do Cofic, Mauro Pereira.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Leilão pesa para estatal no curto prazo**

O impacto financeiro da 14ª Rodada de blocos exploratórios de óleo e gás será mais intenso para a Petrobras no curto prazo. No médio prazo, por sua vez, a companhia terá pela frente um compromisso de investimento mais diluído na exploração dos seis blocos em águas ultraprofundas da Bacia de Campos, arrematados pela estatal em parceria com a ExxonMobil no leilão de quarta-feira.

Até 22 de dezembro, a Petrobras terá que desembolsar um bônus de assinatura de R\$ 1,8 bilhão (cerca de US\$ 565 milhões) pelos ativos. O montante a ser pago à União até o final do ano pode ser ainda maior e superar os R\$ 2,6 bilhões (US\$ 815 milhões), caso a petroleira seja bem-sucedida na 2ª e 3ª rodadas de partilha do pré-sal, em outubro.

A companhia manifestou o direito de preferência por três áreas (Sul de Sapinhoá, Peroba e Alto de Cabo Frio Central), que, se arrematadas pela companhia, pela participação mínima de 30%, exigirão um bônus de assinatura de R\$ 810 milhões (US\$ 255 milhões).

Enquanto as despesas com o pagamento de curto prazo ultrapassam a casa do bilhão num intervalo de cerca de três meses, os investimentos obrigatórios na exploração dos ativos são menos relevantes e mais diluídos.

Petrobras/ExxonMobil se comprometeram a investir, no mínimo, R\$ 571 milhões nos seis blocos da Bacia de Campos. Pela composição da parceria, caberá à estatal R\$ 285 milhões - 10% dos gastos da petroleira com exploração em 2016.

A empresa terá um prazo de sete anos, até 2025, para cumprir com os compromissos. Isso significa que a Petrobras poderá começar a investir após o horizonte do atual plano de negócios, quando a empresa espera estar menos estrangulada com o programa de redução da alavancagem.

Para melhorar o ambiente regulatório e atrair as petroleiras para a rodada, a ANP reduziu os compromissos de investimentos no médio prazo. Os programas exploratórios mínimos foram reduzidos e os prazos para conclusão da exploração flexibilizados. Até então, o programa de investimentos era dividido em duas fases, sendo uma delas de menor prazo, de cinco anos para área de águas profundas. O edital da 14ª Rodada, contudo, eliminou a divisão em fases e instituiu um prazo máximo de sete anos para a conclusão da exploração.

A Petrobras já sinalizou que fará alguns remanejamentos dentro do seu atual orçamento e algumas "repriorizações" de projetos do plano de negócios para financiar o bônus com o qual se comprometeu na 14ª Rodada. O valor do bônus, de R\$ 1,8 bilhão, segundo a estatal, representa 0,8% dos investimentos previstos no atual plano de negócios 2017-2021.

"Ainda é um investimento bastante substancial [US\$ 74 bilhões entre 2017 e 2021], que nos dá muita margem de repriorização para que a gente possa, nesse programa de leilões, oferecer ou participar daqueles que são relevantes para o nosso portfólio", disse o presidente da Petrobras, Pedro Parente, a jornalistas, na quarta-feira, antes de participar do leilão.

Durante a licitação, chamou a atenção a diferença de ágio apresentada pela empresa, na comparação com seus concorrentes. Na disputa pelo bloco C-M-411, por exemplo, o consórcio formado pela Petrobras e Exxon ofertou um bônus de R\$ 1,2 bilhão - 18 vezes maior que o segundo mais alto. Na concorrência pelo bloco C-M-346, o bônus oferecido, de R\$ 2,24 bilhões, foi cinco vezes maior que o segundo colocado.

O Credit Suisse classificou como "seletiva, porém grande" a participação da Petrobras na Rodada realizada quarta-feira. Segundo o banco, os elevados ágios não estão dissociados do potencial da região para o pré-sal. Apesar de os blocos estarem fora do polígono pré-sal, os levantamentos sísmicos mostram que a região apresenta semelhanças com a Bacia de Santos.

Para o diretor do centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, é provável que a Petrobras, para fazer frente aos compromissos assumidos no leilão, reduza um pouco o nível de investimentos e venda mais ativos.

"A Petrobras está se reinventando, reordenando os seus ativos. Ela não pode parar de repor ativos, as petroleiras têm que estar sempre comprando e reavaliando suas carteiras", disse Pires.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petroleira confirma venda de até 40% da BR em IPO

A Petrobras confirmou oficialmente, pela primeira vez, que a operação de oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da BR Distribuidora deve envolver a venda de 25% a 40% de sua participação acionária na subsidiária. O conselho de administração da petroleira estatal aprovou o registro de oferta pública e de companhia aberta da BR na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A intenção de vender uma fatia de 25% a 40% já vinha sendo sinalizada como a preferência do conselho desde a aprovação do IPO, em julho. Como a meta da Petrobras é listar a distribuidora no Novo Mercado da B3, já se esperava que ao menos 25% das ações da empresa precisariam ser ofertadas - percentual mínimo exigido de ações em circulação (free float) no segmento especial de governança corporativa da bolsa.

O teto de 40% era a preferência entre os conselheiros. A hipótese de uma pulverização do controle da distribuidora no mercado, a partir da oferta de mais de 50% do capital da companhia, chegou a ser considerada ao longo dos últimos meses de discussão sobre o assunto. A maior parte dos conselheiros, no entanto, preferia "caminhar aos poucos" com a abertura de capital da BR, embora houvesse defensores, no grupo, de um processo de pulverização mais intenso do capital da distribuidora.

O presidente do conselho da Petrobras, Nelson Carvalho, já manifestou anteriormente que a companhia pretende fazer o IPO da BR Distribuidora até dezembro, caso o mercado esteja favorável. Na semana passada, o presidente da estatal, Pedro Parente, disse que a abertura de capital será feita "tão logo quanto possível".

A BR é um dos principais ativos do programa de venda de ativos da estatal, que prevê levantar US\$ 21 bilhões no biênio 2017/2018. O banco UBS estima que a BR seja avaliada em R\$ 29,5 bilhões.

O IPO da BR começou a ser planejado em 2015, na administração Aldemir Bendine, preso no âmbito da Lava-Jato. No ano passado, contudo, a Petrobras optou por avançar com a venda de uma fatia da empresa para um sócio estratégico. A petroleira brasileira chegou a enviar prospectos a potenciais interessados, em outubro, mas não foi a frente, devido a liminares da Justiça Federal de Sergipe.

Depois que o Tribunal de Contas da União (TCU) exigiu que a petroleira adotasse uma nova sistemática de desinvestimentos, a venda da BR foi interrompida e o IPO voltou a ganhar força.

Ao longo dos últimos meses, a Petrobras vem preparando sua distribuidora para a oferta de ações. Em agosto, a estatal anunciou a reestruturação societária e um aporte de capital de R\$ 6,3 bilhões na BR, em troca de recebíveis que a distribuidora tem com confissão de dívida com a Eletrobras, no mesmo valor.

O aporte de capital foi destinado à redução da alavancagem da BR, numa espécie de uma engenharia contábil para "limpar" os números da distribuidora e valorizá-la para uma futura abertura de capital. A percepção no mercado é de

que as dívidas detidas pelo setor elétrico pressionariam para baixo o valor da BR.

Ainda em agosto, a Petrobras anunciou a eleição de Rafael Grisolia como novo diretor financeiro da subsidiária. Com mandato até julho de 2019, o executivo assumiu o cargo com a missão de preparar a BR para o processo de abertura de capital.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner e André Ramalho | Do Rio

Título: ANP vai mudar regra para evitar encalhe de blocos

O resultado da 14ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP) pode ser analisado por um duplo viés: de um lado a arrecadação recorde e de outro um dos menores índices em áreas arrematadas em relação às ofertadas.

A arrecadação de R\$ 3,8 bilhões foi superior entre todos os leilões de áreas a serem exploradas no modelo de concessões. Em valores atualizados, a maior arrecadação até então tinha sido a da 9ª Rodada, realizada em 2007. Foram pagos R\$ 2,1 bilhões, equivalentes a R\$ 3,7 bilhões hoje.

Apenas 37 dos 287 blocos oferecidos foram adquiridos, o equivalente a 12,89% do total. O menor percentual até agora foi registrado na 5ª Rodada, de 2003, quando só 11% dos blocos receberam compradores. Contudo, naquele leilão foram arrematados 101 áreas. Em 2015, a 13ª Rodada só teve 14% dos blocos vendidos. Mas o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, acha que o percentual sem interessados não é indicador eficaz para medir o sucesso da licitação e pretende mudar a dinâmica das ofertas.

Segundo Oddone, o encalhe de 250 blocos na 14ª Rodada não pode ser considerado um fracasso, já que houve interessados em áreas nas Bacias de Sergipe-Alagoas, Espírito Santo, Parnaíba, e Campos. "A única que não teve interessados foi a Bacia de Pelotas. E as áreas maduras não tiveram interessados porque provavelmente as empresas querem esses blocos para complementar com os campos que estão sendo oferecidos pela Petrobras no projeto Topázio, que ainda não têm comprador", disse.

Oddone completa dizendo que a "sensação de fracasso contraria a realidade". E lembra que hoje são oferecidas áreas gigantescas no mar com potencial de ter bilhões de barris em reservas e cuja exploração é de alta complexidade, junto com áreas em bacias maduras em terra, com produção marginal.

Por isso observa que a sobra de áreas é comum porque até agora os leilões eram a única oportunidade para uma empresa adquirir uma concessão. A ANP oferecia um conjunto não uniforme de áreas em leilões anuais. Exemplo disso são os 62 blocos terrestres na Bacia Potiguar oferecidos no leilão de quarta-feira. Eram áreas que sobraram da 13ª Rodada, de 2015, e só dois foram vendidos.

A dinâmica vai mudar a partir do momento em que a ANP passar a fazer a oferta permanente de áreas. Assim, os blocos que não tiverem interessados ficarão em oferta permanente na página da agência com as informações básicas. Quem manifestar interesse poderá comprar pelo preço mínimo ou pela melhor oferta, se tiver concorrentes. "Até agora a única chance de a ANP vender áreas era por meio dos leilões anuais e por isso a seleção era muito variada. A oferta permanente vai gerar mais atividade no Brasil", diz Oddone.

A agência também fará leilões separados dos blocos em terra e no mar, e com a oferta permanente só os novos entrarão nos leilões. Uma análise dos resultados dos leilões da ANP desde 1999 mostra que em termos de investimentos previstos, o recorde é da 11ª Rodada, realizada em 2013. Naquele ano as empresas se comprometeram a investir R\$ 6,9 bilhões em valores da época, ou R\$ 8,77 bilhões atualizados pelo IPCA. Na 14ª rodada o compromisso de investimentos foi de R\$ 845 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: Petrobras perde disputa no Carf

A Petrobras não conseguiu, em novo recurso, alterar decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) que manteve parte de autuação que cobra o pagamento de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre contratos de aluguel (afretamento) de plataformas de petróleo. Os conselheiros aceitaram os embargos apresentados pela companhia. Porém, não modificaram o mérito.

A decisão é da 2ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção. O auto de infração é de R\$ 1,98 bilhão, segundo o Formulário de Referência de 2016. O valor, no entanto, não foi mantido integralmente. A base de cálculo havia sido reduzida anteriormente pelos conselheiros. Cabe recurso à Câmara Superior (processo nº 16682.721545/2013-94).

A cobrança de Cide é referente ao ano de 2010. No julgamento do mérito, em março de 2016, os conselheiros consideraram irregular forma de contratação de

serviços de exploração marítima de petróleo. As petroleiras costumam firmar, no exterior, um contrato para aluguel de plataformas e outro para prestação de serviços de perfuração, exploração e prospecção, geralmente com subsidiária do fornecedor estrangeiro.

O valor do afretamento corresponde à maior parte do custo total. Somente o restante é tributado. A Lei nº 10.168, de 2000, estipula a incidência do percentual de 10% da Cide sobre remessas ao exterior para a importação de serviços técnicos. E a Lei nº 9.848, de 1997, determina alíquota zero de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) para contrato de afretamento no exterior. Mas as empresas são autuadas quando a Receita Federal considera que todo o contrato é de prestação de serviços.

No Carf, o recurso da empresa para cancelar a autuação foi parcialmente negado. O fornecimento de equipamentos foi considerado parte indissociável aos serviços contratados. Por isso, seria um único contrato de prestação de serviços. Ainda segundo a decisão, a incidência de Cide na contratação de serviços técnicos prestados por residentes no exterior dispensa a ocorrência de transferência de tecnologia.

A parte da autuação que foi afastada diz respeito à base de cálculo da Cide. Para a turma, a base corresponde exclusivamente à quantia efetivamente remetida ao exterior a título de remuneração, o que não inclui os valores de IRRF.

Depois da decisão, a Petrobras recorreu por meio de embargos. No julgamento, realizado esta semana, o advogado da companhia, Ricardo Krakowiak, afirmou, em sustentação oral, que a Petrobras já destinava parte dos royalties para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) antes mesmo da criação da Cide. E que, com a incidência da contribuição, acabaria destinando duas vezes recursos para o mesmo fundo.

Por isso, pediu esclarecimentos sobre esse ponto. Os conselheiros acolheram os embargos, mas sem efeitos infringentes. Portanto, mantendo decisão anterior quanto ao mérito.

A tese em discussão não é nova para a Petrobras no Carf. Em setembro de 2016, a Câmara Superior aceitou parte de recurso da Fazenda Nacional em processo semelhante. O ponto principal da autuação já havia sido mantido por julgamento anterior, de turma. O pedido era para a inclusão do IRRF na base de cálculo da Cide e a cobrança de juros de mora sobre multa de ofício. Só obteve, porém, a correção.